

## Índice

Escolha de escola: questão de liberdade .....	1
Desinformados sem enredo russo .....	2
Viver sem teto em Silicon Valley .....	3
"12 Indomáveis" .....	4

### Escolha de escola: questão de liberdade

Quando se discute sobre a escolha de escola, é frequente que se utilizem argumentos baseados nos resultados. A favor diz-se, por exemplo, que se as escolas públicas não tiverem uma clientela cativa, cria-se uma concorrência que estimula a qualidade. Contra, é costume replicar que, se avançar a escolha, produz-se de facto uma segregação das escolas de acordo com as classes sociais existentes. Mas nem essas razões nem outras semelhantes têm em conta o fundamental.

É o que defende Bobby Jindal, ex-governador da Luisiana, num interessante [artigo para o "The Wall Street Journal"](#) (25.6.2018).

Nos Estados Unidos, recorda Jindal, [alargou-se a possibilidade de escolher a escola](#) através de [charter schools](#), programas de cheque escolar, [contas de poupança educação](#) ou deduções fiscais. O público em geral e cada vez mais políticos são favoráveis a isso, embora por motivos diferentes.

Há pais que preferem uma escola diferente da pública que conhecem, porque deparam com mais disciplina, mais atenção pessoal aos alunos, melhores professores e notas médias mais altas...

Os especialistas em política educativa estão preocupados com as deficiências das escolas públicas de zonas desfavorecidas, e veem na escolha da escola um modo de evitar que as famílias de baixos rendimentos fiquem presas a elas e se perpetuem a pobreza e a falta de oportunidades. Outros veem o assunto do ponto de vista da igualdade: as famílias abas-

tadas já gozam da liberdade para escolher a escola, seja porque têm dinheiro para pagar uma privada a seu gosto, seja porque se podem permitir aceder a uma casa num bairro caro onde as escolas públicas são melhores; portanto, tem de se dar a mesma opção às famílias pobres, de imigrantes, de minorias...

Além disso, a liberdade de escolha, pensam alguns, introduz a concorrência no âmbito educativo, e estimula assim as escolas públicas a melhorarem para reter os alunos, pois já não podem contar com uma clientela cativa. Inversamente, as escolas privadas, como os seus fundos dependem da sua capacidade de atração para as famílias, gerem melhor o dinheiro público que lhes é atribuído, segundo uma opinião comum entre liberais. E para o Estado, em geral, é mais barato subsidiar lugares em escolas privadas do que criá-las na sua própria rede.

Argumenta-se também que o modelo único em educação é um atraso, e a sociedade moderna exige diversidade de escolas: entre outras coisas, porque a diversidade é fruto da livre iniciativa, fonte por sua vez da inovação. Se se deixar às escolas autonomia para adotarem diversos estilos e experimentarem ideias, melhorará a qualidade do ensino, algo que dificilmente se consegue com imposições a partir de cima.

Tudo isso pode ser verdade, anota Jindal, mas não é o fundamental. Se se defende a escolha da escola por razões de eficácia, será justificado limitá-la quando não der os frutos esperados. As escolas privadas não são sempre melhores do que as públicas. De facto, [nos Estados Unidos é discutido](#) se realmente, tendo em conta todos os fatores, as *charter schools* ou as escolas incluídas em programas de cheque

escolar conseguem elevar o nível académico dos alunos provenientes das escolas públicas.

A razão definitiva a favor da escolha da escola é a liberdade: "Permitir aos pais escolher a escola dos seus filhos é valioso em si mesmo, independentemente dos resultados", afirma Jindal. É uma liberdade natural que os pais têm, pelo bem dos seus filhos e enquanto responsáveis por procurá-lo. Por isso, pode-se dizer com Jindal, que "como os pais conhecem os seus filhos melhor do que qualquer burocracia pública, estão em melhores condições para decidir" o tipo de educação que convém aos filhos.

Assente esse princípio, faz todo o sentido o argumento da igualdade. Pergunta Jindal: "Porque é que o governo não se sente obrigado a interferir nas escolas onde os pais pagam diretamente o ensino? Porque é que admite que alguns pais são capazes de escolher o melhor para os seus filhos, e atua como se outros pais não o fossem?"

Porque, poder-se-ia responder, para alguns, o Estado é dono da educação. É a posição que em Espanha – e noutros países – defendem certos partidos e sindicatos. Uma amostra recente encontra-se no texto "[Perguntas sobre Escuela Pública al PSOE](#)", publicado em 22 de maio (como mostra o código fonte da página), dez dias antes dos socialistas chegarem ao governo.

Aí, o PSOE começa por dizer que "o direito à educação é um direito social subjetivo", de onde deduz que "cabe aos poderes públicos dispor de uma rede de propriedade e gestão pública para torná-lo eficaz". E depois afirma expressamente "a subsidiariedade do ensino privado em relação ao público". Haverá, portanto, ensino privado na medida em que o público não possa dar resposta; a aspiração socialista é que a escola "subsidiária" acabe por não fazer nenhuma falta: "A nossa proposta é garantir, progressivamente, o ensino público a todos os alunos desde os 0 aos 18 anos".

Isso é uma inversão dos termos, mas não necessariamente porque o ensino público seja o subsidiário. Tanto a escola pública como o direito dos cidadãos a criar e dirigir centros de ensino são subsidiários, estão ao serviço da liberdade original dos pais de educarem os seus filhos de acordo com as suas convicções e preferências.

Mas isto parece não contar para o PSOE. Pelo contrário, o partido denuncia "o desprezo pela escola pública e a fé cega nas virtudes da escola privada", algo que "se agravará mais ainda com o princípio de procura previsto na LOMCE", a lei de educação em vigor. A "[procura](#)" consiste nas famílias que querem uma educação diferente da oferecida pela escola pública a que tiveram acesso. Talvez os socialistas não consigam convencê-las para assim suprimir esta procura; mas farão o possível para acabar com a oferta.

No longo e pormenorizado texto do PSOE não figura uma única vez a palavra *liberdade*. Não se trata de haver sinónimos: é a ideia que não aparece. Há sonoros louvores à

imprescindível participação ativa dos pais na escola pública, que só assim pode ser de qualidade e democrática. Mas no ensino, como na política, escolher é a forma de participar mais básica. O regime de escola única não é mais democrático do que o de partido único, e uma política educativa que não dá espaço à liberdade degrada-se em paternalismo.

R. S.

## Desinformados sem enredo russo

As notícias falsas converteram-se na besta negra das democracias: o perigo para o qual todo o leitor informado deve estar precavido, sobretudo em tempo de eleições. A insistência nesta abordagem, todavia, pode levar-nos a passar por alto a desinformação por causas próprias. Um relatório do Pew Research Center (18.6.2018) revela que um em cada quatro norte-americanos não sabe distinguir entre afirmações de facto e opiniões.

No atual panorama informativo, marcado pela produção e pelo consumo acelerados de notícias, é mais fácil que os leitores mudem a leitura profunda pelo cutucar de títulos e sumários servidos por múltiplos canais. Aos riscos de [fadiga mental](#) e [perda de matizes](#), junta-se o da desinformação: como compreender bem uma notícia da qual só leio um *tweet* ou uma notificação que aparece de repente no meu ecrã?

O Pew está consciente deste problema. E decidiu [inquirir](#) um pouco mais de 5000 adultos dos Estados Unidos para ver se, perante uma série de afirmações sem o respetivo contexto, eram capazes de distinguir entre aquelas que se baseiam em factos e as que correspondem a opiniões. A cada participante foram apresentadas cinco de cada tipo, para que as identificassem independentemente de lhes parecerem exatas ou não (no primeiro caso) ou de estarem de acordo ou não (no segundo).

Dois exemplos de afirmações de facto são: "O presidente Barack Obama nasceu nos EUA" e "os custos de saúde por pessoa nos EUA são os mais elevados do mundo desenvolvido". Opiniões são: "O aborto deveria ser legal na maioria dos casos" e "o governo quase sempre desperdiça e é ineficiente".

Embora a maioria dos inquiridos tenha conseguido identificar corretamente pelo menos três de cada grupo, o que chama a atenção é somente 28 % acertarem duas ou menos afirmações de facto; e 22 %, duas ou menos opiniões. Chamando os bois pelos nomes: cerca de um quarto da população não precisa de enredos russos para estar mal informada.

Uma conclusão interessante é que o problema afeta tanto a esquerda como a direita, ao ponto do Pew não considerar a filiação política uma variável significativa. Embora a maioria dos que se declaram republicanos e democratas tenham uma aprovação folgada no exame, uns e outros têm mais facilidade do que os seus adversários em identificar corretamente como afirmações de facto as que confirmam as suas posições.

Por exemplo, 65 % dos democratas acertam ao considerar que a frase “os imigrantes indocumentados nos EUA têm alguns direitos reconhecidos pela Constituição” é uma afirmação correspondente a um facto, contra 43 % de republicanos que pensam o mesmo. E, pelo contrário, 63 % de republicanos defendem de forma correta que a frase “a despesa em Segurança Social, Medicare e Medicaid representa a maior parcela do orçamento federal dos EUA” é uma afirmação correspondente a um facto, contra 54 % de democratas.

O viés também se observa na tendência para considerar – desta vez de forma incorreta – as opiniões com as quais cada qual está de acordo como afirmações de facto. É o que acontece a 50 % de republicanos com a frase “os imigrantes indocumentados nos EUA são um grande problema hoje em dia para o país”, contra 19 % de democratas. E para 37 % de democratas com a frase “elevar o salário mínimo federal para 15 dólares por hora é essencial para a saúde da economia norte-americana”, contra 17 % de republicanos.

Para o Pew, há três traços pessoais que são mais decisivos do que a filiação política, o que não exclui outras variáveis. Pontuam melhor os que seguem de perto a atualidade política (embora, de facto, esta sondagem não meça o nível de conhecimentos); os que confiam mais nos meios jornalísticos; e os que usam a Internet de modo habitual. Na realidade, este último dado não esclarece muito, pois nada diz sobre os seus hábitos de leitura; mas, pelo menos, há que afastar a ideia de que os mais expostos aos laços digitais sejam necessariamente mais vulneráveis à desinformação que os restantes.

De qualquer forma, mais do que a ingerência estrangeira, ao Pew parece preocupar a mistura explosiva desses 25 % da sociedade que não sabem distinguir entre factos e opiniões com as peculiaridades de um ecossistema caracterizado cada vez mais pela pressa e pelo ruído.

Daí que títulos de prestígio como o “The New York Times” ou o “The Guardian” insistam em apresentar-se mais como meios de comunicação capazes de [fazer sentido na avalanche informativa](#), do que como os que fazem a colheita de cliques (“Aceprensa”, 30.1.2018). Uma decisão que não está apenas relacionada com o seu modelo de negócio, baseado principalmente nas assinaturas: para os seus editores, tem que ver sobretudo com a missão do jornalismo na sociedade atual.

J. M.

## Viver sem teto em Silicon Valley

Quando se fala de Silicon Valley, pensa-se de imediato nas grandes empresas tecnológicas que estão a mudar o mundo e que prometem resolver as necessidades da humanidade no século XXI. Por isso, atrai tanto as atenções o facto desse oásis de riqueza e poder não ser capaz de resolver nas suas imediações o problema da habitação, e que essa zona sofra uma grave crise de pessoas sem abrigo.

Em Mountain View, onde tem a sua sede central o Google, há pessoas e famílias sem abrigo que vivem de forma permanente em mais de 200 furgonetas e *trailers* velhos estacionados na rua. Devido ao mesmo problema, em [Palo Alto](#), próximo da sede do Facebook, em 2017 foi proibido estacionar no mesmo sítio durante mais de 72 horas. Nos condados de [São José e Santa Clara](#) estimava-se em 2017 que pernoitavam mais de 10 000 pessoas – incluindo famílias com crianças – a dormir em acampamentos, abrigos ou furgonetas, por não terem casa.

Embora parte dos *homeless* sofram de problemas com drogas ou de doenças mentais, muitos outros são famílias trabalhadoras, no desemprego, ou cujos salários não lhes permitem ter acesso a uma habitação. Silicon Valley figura como a segunda região mais inacessível do país para trabalhadores com rendimentos baixos que procuram uma habitação.

O próprio sucesso da zona favoreceu a expulsão dos que não fazem parte da elite tecnológica. A verdade é que, contra o que costuma ser afirmado, os *homeless* não são na sua maioria pessoas que vêm de fora; segundo dados da imprensa da zona, muitos são pessoas que nasceram e se criaram nessa zona, que já não têm possibilidade de pagar uma casa. É o típico processo de *gentrificação*, o neologismo que indica que os preços da habitação de um bairro ou cidade se acomodam ao poder de compra de uma nova classe endinheirada que decide estabelecer-se aí, o que acaba por expulsar as famílias de rendimentos baixos (ver [“Aceprensa”, 16.5.2014](#)).

Foram tomadas algumas medidas. No ano passado, no condado de São José foi eliminada uma exceção que permitia aos senhorios subir a renda mais do que os 5 % anuais permitidos, acumulando as de vários anos. O condado de Santa Clara, onde se encontra Palo Alto, destina no seu orçamento 950 milhões de dólares para subsidiar a “habitação acessível”. Há também iniciativas filantrópicas para ajudar os “sem abrigo”. Mas os críticos dizem que a filantropia não vai resolver por si só um problema que exigiria cobrar mais impostos aos mais endinheirados e investir em habitação social.

O contraste entre a desigualdade criada pelas grandes empresas tecnológicas e o seu suposto ativismo social, é difícil de digerir para alguns. Em maio passado, Gregory Stevens, um pastor batista de 28 anos, de uma congregação

de Palo Alto, demitiu-se do seu cargo depois de um grande confronto com o acomodado público da zona. Stevens também é um ativista homossexual, mas o que o indispôs com a comunidade é a sua crítica social.

Em declarações ao [“The Guardian”](#), Stevens revelava a sua frustração: “Penso que Palo Alto é um gueto de riqueza, de poder e de progressismo elitista, o que significa que muitos membros da comunidade asseguram lutar pela justiça social, mas esse desejo não se converte em ação”.

Enquanto as grandes empresas tecnológicas se ufanam de melhorar o mundo através das suas inovações, os residentes que não fazem parte desse mundo não têm resolvidas as suas necessidades básicas. “A classe trabalhadora não beneficia com esses ‘avanços’ – escreve Stevens –, mas cozinha, limpa e toma conta dos filhos dos ricos, antes de perder várias horas nos transportes públicos para regressar a casa”.

É verdade que Stevens adota um tom de “denúncia profética”, que às vezes range. Mas não há dúvida de que refere problemas reais. Por isso, diz, “enquanto as desigualdades de riqueza se mantiverem como até agora, toda o palavrório sobre a mudança climática, os sem abrigo e os direitos dos imigrantes será vão”.

Os direitos dos imigrantes estiveram precisamente no centro de uma reação que afetou outra das grandes tecnológicas, a Microsoft, com sede em Redmond, próximo de Seattle. A Microsoft tem um contrato com o Serviço de Imigração e Fronteiras (ICE – U.S. Immigration and Customs Enforcement), para armazenar na nuvem os dados e a tecnologia para reconhecimento e identificação facial. Estes dados podem servir para identificar e deportar imigrantes ilegais.

No contexto da política de “tolerância zero” de Trump para com os imigrantes ilegais, empregados da Microsoft assinaram uma carta aberta na qual pediam ao seu CEO, Satya Nadella, que rescindisse o contrato de 19,4 milhões com o Serviço de Imigração e estabelecesse uma política de não colaboração com clientes que violassem os direitos humanos. “Negamo-nos a ser cúmplices”, dizem os trabalhadores na sua carta.

Também houve protestos de trabalhadores da Amazon – com sede central em Seattle –, porque a sua empresa está a vender um *software* de reconhecimento facial, que tem vindo a ser utilizado por diversas agências governamentais em câmaras de vídeo para a vigilância de rua. Numa carta dirigida a Jeff Bezos, os trabalhadores subscritores afirmam que “não deveríamos ganhar dinheiro a apoiar os que vigiam e oprimem populações marginalizadas”.

Mas populações marginalizadas são precisamente os “sem abrigo” de Silicon Valley, norte-americanos e imigrantes, que foram empurrados para situações de marginalização, por não poderem pagar uma habitação. Será congruente defender os

direitos dos imigrantes de entrar no país e excluí-los na prática do direito de viver em zonas como Silicon Valley?

A crise de habitação acessível em Silicon Valley demonstra que é mais fácil oferecer inovações tecnológicas na nuvem do que resolver um problema vital ao nível dos solos terrestres.

I. A.

## “12 Indomáveis”

“12 Strong”

Realizador: Nicolai Fuglsig  
Atores: Chris Hemsworth; Michael Shannon  
Duração: 130 min.  
Ano: 2018

No dia 11 de Setembro de 2001 dá-se o atentado às Torres Gémeas de Nova Iorque. O filme retrata a história real da primeira equipa de tropas especiais norte-americanas enviada para o Afeganistão na sequência desse acontecimento. Trata-se de uma força de intervenção composta por 12 homens com um objetivo bem definido, o que condicionou a seleção de cada elemento do grupo. De facto, cada um possui determinadas competências que à partida o tornam apto para essa missão.

A chegada ao Afeganistão revela uma realidade inesperada de tudo o que fora preparado. O objetivo mantém-se idêntico mas as condições do terreno, o equipamento disponível e o método de atuação dos intervenientes locais que os iriam ajudar são muito diferentes do que fora planeado. O líder do grupo ultrapassa a fase de surpresa e espanto, tentando tirar partido das novas potencialidades do que encontra à sua volta. Vai adaptar-se às novas situações tendo em vista o cumprimento do objetivo. Não desiste perante as contrariedades e sabe reinventar-se como no uso de cavalos em vez de carros de combate... Motiva os seus homens mantendo a coesão do grupo, animando-os a persistirem apesar das adaptações, o que os leva a inovar até à vitória final.

### Tópicos de análise:

1. A seleção de equipas deve ter em conta o objetivo a atingir.

2. Saber adaptar-se ao inesperado potencia o alcançar da meta.
3. Conseguir ler a realidade condiciona o acerto das decisões.

### [Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins  
Professor da AESE

